



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

HISTÓRIA: TECNOLOGIAS PARA O OFÍCIO DOCENTE

Danilo Meira Leite do PRADO (UEMS – Campo Grande/PIBAP)¹

Nedina Roseli Martins STEIN (UEMS – Dourados)²

Eixo 7 – Políticas Educacionais

RESUMO

Este trabalho visa problematizar o processo histórico de mercantilização e privatização da educação básica pública. É uma preocupação dessa pesquisa entender a maneira na qual são viabilizados recursos para se operacionalizar as novas mídias e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na educação básica. Nosso olhar se dará às questões teóricas, portanto, entender o macro, a superestrutura, com o intuito de ter um panorama educacional de forma mais ampla, isto é, temos por escolha a pesquisa bibliográfica. O objeto escolhido a fim de compreender parte significativa da educação do tempo presente são as novas tecnologias inseridas na educação básica pública, análises nas quais estão em andamento na presente pesquisa. Para tanto, buscando historicizar o objeto a fim de compreender a raiz histórica do referido processo. Em linhas gerais, o trabalho detém a proposta de entender a disputada pelo controle ideológico da escola, como se opera a sua gestão e a forma como são trabalhados seus recursos e como podem fomentar e formar o educando como sujeito de sua história por meio da pesquisa, do trabalho e da autonomia, a fim de que não se perpetuem as desigualdades de classe no interior do sistema capitalista de produção, mas sim vislumbrar meios de que o educando tenha melhores oportunidades para seu desenvolvimento como cidadão de direito.

Palavras-chave: Educação; História; Novas Mídias; Tecnologia.

¹ Mestrando Profeduc (Mestrado Profissional em Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Professor de História na rede municipal de Campo Grande/MS.

² Professora Doutora (Tempo Integral) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul / UEMS.

Considerações iniciais

A reflexão do artigo ocorre com base nos seguintes pontos: o acesso à escola em nosso país cresceu vertiginosamente nas últimas décadas e a universalização do ensino ocorre com êxito, no entanto, não é possível afirmar o mesmo para o avanço de sua qualidade, sobretudo no que diz respeito à relação de ensino-aprendizagem, isto é afirmado conforme índices e avaliações locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais.

Outro fato a ser levado em questão nesse trabalho vem a ser a inserção das novas mídias no ensino. Indagamos e nos preocupamos com o argumento de que estas novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) têm levado à melhoria do ensino nos espaços em que são aplicadas. Portanto, questionamos a presença de organismos e instituições privadas na educação pública, citamos o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Lemann e Instituto Unibanco para ficar em apenas três exemplos dentre tantas outras organizações atreladas ao mercado que buscam seu espaço no campo educacional. Entende-se, em nossa perspectiva, ser o real objetivo da educação transformar crianças em cidadãos e não apenas em consumidoras.

A educação não passa ilesa aos fatores econômicos e às pressões exercidas pelo grande capital. Vemos no tempo presente ainda mais grupos empresariais, instituições e organizações não governamentais (ONG's) interessadas na seara educacional, pois sabe-se ser a educação bastante lucrativa. Como afirmam Freitas e Biccias (2009):

De forma geral, o crescimento econômico era confundido com modernização. [...] A vinculação entre educação escolar, aspiração ocupacional e taxas de crescimento será uma constante desde então, ainda que os vínculos entre o que a produção quer e o que a escola oferece sejam débeis. Mas tal debilidade veio para ficar (FREITAS; BICCAS, 2009, p.141).

A escola é um ambiente de práticas que visa a construção de saberes, deve ter por ideal a busca em firmar vínculos democráticos, de espaço aberto ao diálogo e fomento à discussão da ciência na vida de crianças e adolescentes, para muito além de maniqueísmos, interesses financeiros e, em suma, na contramão de uma *educação* bancária, para usar o conceito de Paulo Freire (1996).

Historicamente a educação é vista como mercado, sobretudo a partir dos anos 1950 e 1960 no Brasil, com o processo de abertura econômica ao capital estrangeiro

a relação se torna cada vez mais íntima entre industrialização e educação (FREITAS; BICCAS, 2009). Nesse contexto a melhoria da escola ocorreria devido a dois fatores: boa gestão e introdução de novas tecnologias, o que levou Saviani (1983) a denominar esta abordagem de “escola tecnicista” (FREITAS, 2014).

No tempo presente, mais do que nunca, é percebida a urgência em democratizar o processo pedagógico escolar, seja na comunidade, no professorado, no corpo de alunos e alunas atuantes em conselhos, nas assembleias, grêmios etc., logo, deve-se focar na luta pela educação inclusiva em sua plenitude. A teoria liberal busca diminuir a importância do controle democrático pelo Estado, pois em seu próprio ponto de vista é por demais ineficaz e custoso, criando uma narrativa de controle das bases desse mercado educacional, pois as instituições privadas / liberais seriam muito mais eficientes na administração dos recursos e do próprio aparelho estatal. Conforme Vera Peroni (2018):

Para a teoria neoliberal (Buchanan et al., 1984), as instituições democráticas contemporâneas são irresponsáveis, pois provocam crise fiscal ao gastar mais do que arrecadam, a proposta, portanto, é diminuir a atuação do Estado para com as políticas sociais para superar a crise. Ressaltam ainda que os controles políticos são inferiores ao de mercado. Assim que a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no interior das instituições públicas para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. É o que Ball chama de privatização endógena (PERONI, 2018, p.216).

Relevante destacar que esse processo de privatização das instituições públicas gera um esvaziamento teórico e de conteúdo. Os antecedentes desta situação incluem o impacto da reestruturação produtiva que redesenhou o trabalho nas organizações sob o comando das novas tecnologias da informação e comunicação, concedendo novos modelos e padrões de acumulação de riqueza e novas exigências para a força de trabalho. É salutar entender a transição entre o período de exceção democrática – a ditadura militar que perdurou mais de duas décadas em nosso país – e o início da redemocratização nos anos 1980. Peroni (2018) diz:

Analisamos a relação entre o público e o privado, pois entendemos que no período de redemocratização, vivenciamos em parte o avanço de alguns direitos materializados em políticas sociais, mas a cada passo que avançávamos neste sentido, em um processo de correlação de forças por projetos de classe distintos, o setor privado também se organizava para assumir a direção e execução das políticas educativas (2018, p.218).

Entende-se com isso ser a educação território de poder, campo repleto de tensões e com ideologias e matizes distintas. São muitos personagens que lutam pelo controle pedagógico/ideológico da escola e com o avanço de forças liberal-conservadoras no interior de instituições públicas, em seus processos avaliativos e formativos, vemos o novo tecnicismo tomar força no ambiente da educação pública, pois ainda persiste o binômio privado eficiente *versus* público ineficaz no que diz respeito à educação básica estatal devido aos seus recursos na maioria dos casos brasileiros obsoletos, sendo as novas mídias e tecnologias vistas no senso comum como as grandes responsáveis pela “melhoria” do ensino e aprendizagem.

As novas mídias à luz da História – a escola pública é um campo de disputa e formação contínua

A escola pública do tempo presente precisa ser compreendida na totalidade de sua constituição, ou seja, é necessário entendê-la historicamente, circunscreve-la em um recorte de tempo delimitado e, em síntese, como um processo de formação histórico propriamente dito.

É sabido ter grande disputa pelo “controle ideológico da escola e seu alinhamento à lógica das necessidades do aparato produtivo” (FREITAS, 2016, p.140). Esse fato se insere de forma direta ao nosso objeto de pesquisa em desenvolvimento e em análise, pois a inserção de recursos e investimentos na educação pública estão atrelados a fatores econômicos, ao mercado, ou seja, ao Capital propriamente dito. As avaliações externas enviesadas pela teoria neoliberal e muitas vezes por institutos privados corroboram para fortalecer o ideal de classificação entre “escola boa” ou “escola ruim”, nas quais não se consideram os processos formativos e as características socioemocionais do corpo de educandos.

Nos dias atuais percebemos que há grande desigualdade no que se trata ao acesso com qualidade ao conhecimento, dentre tantos exemplos, podemos citar os laboratórios de informática destinados à pesquisa que estão – quando existem – sucateados e/ou obsoletos, a quantidade de alunos por computador na escola pública dificulta a se fazer pesquisa com qualidade. Sobre isso podemos citar outros laboratórios como de ciências e de matemática – quando disponíveis, isso sendo minoria de casos existentes. Este pensamento nos leva a refletir e indagar sobre o campo da educação como um todo, sobretudo no que se refere ao acesso com

qualidade ao saber científico historicamente acumulado e, incluímos como preocupação, as problemáticas concernentes às tecnologias contemporâneas que nos fazem pesquisar de maneira mais ampla. Embora, definimos “ampla” no sentido do acesso às informações e conteúdos disponíveis e não na mesma proporção à qualidade dessa informação a ser problematizada a fim de se tornar conhecimento válido.

Na busca de entender essa reprodução da desigualdade de classes imposta pelo capital, nos apropriamos da análise de Lúcia Bruno (2011), sobretudo acerca da educação nos mecanismos gerais da acumulação de capital, ou seja, como a educação é utilizada a fim de manter a reprodução da classe trabalhadora e, ainda, formar os trabalhadores que estão por vir, as crianças e adolescentes pobres. Nas palavras da autora (2011):

Assim, a educação dita pública foi condicionada, não para o desenvolvimento da inteligência e da autonomia intelectual dos filhos de trabalhadores, mas para atender às necessidades de determinadas especialidades, da nova tecnologia, das novas estratégias de controle social e, acima de tudo, das necessidades oriundas do novo quadro disciplinar que se tornou dominante (BRUNO, 2011, p.547).

O interesse dos reformadores empresariais da educação, dessa elite financeira, está na direção do que afirma Lúcia Bruno (2011), em condicionar o fracasso da escola pública por esta ser justamente estatal, com a finalidade última de abranger toda população. Sendo ela inferiorizada por – dentre outras teses – ser mal gerida e administrada pelo corpo de profissionais e servidores públicos (professorado).

Nesse contexto, se fortalece ainda mais o discurso dominante e do mercado no qual tem por meta buscar o controle do processo de gestão escolar assim como das avaliações dos ambientes públicos de ensino e aprendizagem e, destarte, conseguir a almejada acumulação da riqueza. Roteiro conhecido, no qual alguns poucos detêm a quase totalidade dos recursos em detrimento da exploração da classe trabalhadora. Essa classe é convencida pelo discurso meritocrático neoliberal por meio da propaganda incisiva de suposta melhoria no ensino, através de reformas de conteúdo e da maneira de gerir os recursos (FREITAS, 2016).

Como observado, o sistema capitalista que se encontra avançado no século XXI busca por novas demandas e constrói necessidades. Para se obter qualidade mínima de vida os próprios adolescentes e jovens inseridos nesse sistema anseiam por melhores empregos e, conseqüentemente, por formações de qualidade. Esses

estudantes exercem pressão, esta soma-se a setores da sociedade civil por dignidade no processo de ensino e aprendizagem. Como afirma Lúcia Bruno (2011):

Que o processo formativo no interior dos sistemas de ensino não tenha se reduzido a uma ação do capital, o atestam as incontáveis revoltas de estudantes e lutas de professores, especialmente a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos e Europa e, no Brasil, nos anos de 1980. Essas lutas, aliadas às novas exigências de qualificação e de um novo modelo disciplinar decorrente da reestruturação produtiva, levaram à crise da educação no mundo ocidental e obrigaram o capital a repensar o papel da escola e suas formas de funcionamento e regulação (BRUNO, 2011, p,551).

Por meio de pressões e lutas por conquistas sociais no interior do sistema capitalista em meados do século XX nos EUA e Europa – mais precisamente citamos maio de 1968 como grande marco; a efervescência democrática brasileira nos anos 1980, assim como no início do século XXI a eleição de governos progressistas na América do Sul, citamos o caso do próprio Brasil e do Uruguai, nos foi possível alcançar direitos antes distantes e o acesso à cultura superior outrora destinada apenas à elite econômica. Além das políticas públicas nas quais grupos antes marginalizados e excluídos socialmente não tinham oportunidades de alcançar uma melhor formação e instrução, vide a política de cotas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas sendo incorporadas na primeira década deste século após ter sido eleito um governo mais progressista no espectro político.

No tempo presente a influência do Capital na educação se faz bastante atuante por meio dos reformadores empresariais, nos quais voltam os seus olhares de maneira enfática sobre a rede básica nesse momento. Destaca-se que o mercado da educação superior e os seus investimentos e táticas de atuação já estão consolidados. Agora, focam o controle na base, vide a reforma do ensino médio aprovada há pouco. Entre os processos e estratégias de inserção são usados os seguintes argumentos: a) falência do ensino público; b) responsabilização do Estado pelo mal desempenho em avaliações que medem a capacidade dos discentes e, conseqüentemente, suas políticas públicas ineficazes; c) desmoralização do professorado, impondo a ele a alcunha de incompetência perante a sociedade (FREITAS, 2014). Sobre estes aspectos, Luiz Carlos de Freitas (2014) elucida de forma singular:

O que motiva, portanto, esta nova investida dos empresários é resolver a contradição entre a necessidade de padronizar e liberar um pouco mais de acesso ao conhecimento sem com isso perder o controle político e ideológico da escola. E, neste sentido, consideram a si mesmos a própria solução do problema: nada melhor do que eles

mesmos assumirem a direção do processo educativo. Isso exige que se desmoralize o magistério e os profissionais da educação, que se mobilize as forças conservadoras e de senso comum da “sociedade” em apoio às suas teses (incluindo os pais), e que se privatize a operação das escolas. [...]. Na luta pelo controle do processo pedagógico das escolas, o Estado é cada vez mais disputado por forças sociais liberal-conservadoras que procuram assumir, por meio de avaliações externas, o controle e o fortalecimento dos processos de avaliação internos da escola (formais e informais) e a partir destes subordinar as categorias do processo pedagógico a seus interesses, vale dizer, preservar e aumentar o controle sobre os objetivos, o conteúdo e até sobre os métodos da escola. (2014, p.1091-1092).

Haja vista, dentre as motivações e ações para a facilitação do controle ideológico e pedagógico da escola, a ênfase na diminuição da importância das humanidades (filosofia e sociologia, que se destacam nesse processo), o objetivo é em repartir o conhecimento e relegar às classes mais pobres o saber fragmentado, reduzido ao “mínimo comum”, esse é o *modus operandi* da elite, pois para si ficará todo o saber acumulado historicamente e, portanto, mantendo-se no poder de forma perene.

Outro fato a ser refletido com maior aprofundamento, no intuito de entender a educação contemporânea, vem a ser a análise do papel das novas mídias e das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) no interior da escola pública. Nesse processo de “contingenciamento” de investimentos estatais ficará obsoleto aos seus estudantes as tecnologias disponíveis, portanto, mais um dado para se apurar e sensibilizar para os caminhos de uma educação que está na contramão de uma proposta que vise qualidade.

Esses fatos consolidam, na afirmação de Miguel Arroyo, o processo de inferioridade do diferente, “segregados do padrão de nação, de república, de cidadania, de humanidade, de direitos universais. Segregados do próprio direito à educação, ao conhecimento, à cultura, aos valores”. (ARROYO, 2015, p.31). Em síntese, está a juventude sendo segregada de todo saber fundamental e, portanto, sendo reproduzida a mesma lógica de marginalização e exclusão social históricos em nosso país.

Em oposição a esse projeto de esvaziamento de conteúdos e precarização daquilo que é público está a ideologia e igualmente um dos atributos das *práxis* de docentes que privilegiam uma educação para além de muros e grades, no qual o consumidor-aluno torne-se um produtor-cidadão (AMIEL, 2012).

A configuração estrutural da escola não permite uma prática livre justamente porque os reformadores empresariais da educação tomaram a posse de seu processo criativo por meio de avaliações externas e por gerar uma concorrência nos moldes de organizações financeiras que não competem a um ambiente de ensino e aprendizagem, no qual tem por principais metas a formação de pessoas cidadãs e conscientes de direitos e deveres, no contexto de uma democracia ainda incipiente. Luiz Carlos Freitas (2014) desenvolve argumentação precisa sobre esse contexto no qual tecemos análise:

A sala de aula e a escola não são uma linha de produção sobre a qual pode-se cravar uma série de relógios que indicam se a produção está sendo feita segundo as metas ou se está havendo algum “desvio”. Muito diferente disso, a escola e a sala de aula se assemelham a uma rede de relações multilaterais que não deve sofrer interferências não planejadas de fora, e na qual as ações devem ser acordadas, ou seja, negociadas entre os variados participantes do processo. Ações não planejadas de fora para dentro destroem a confiança relacional vital para o desenvolvimento de um trabalho que é antes colaborativo entre seus participantes. A ideia da concorrência que orienta os negócios dos empresários e que se expressa no “premiar, punir e corrigir os desvios da meta” não é boa para a educação, simplesmente porque esta não é uma atividade concorrencial (FREITAS, 2014, p.1099).

Existem projetos ideológicos distintos pelo controle pedagógico escolar, muito embora, a construção da educação estatal é uma responsabilidade essencialmente pública, logo, não deve ser terceirizada ou sua responsabilidade legada a entes com interesses escusos. A escola pública tem por princípio visar a laicidade e a qualidade da educação para toda população de forma plena, diferentemente do objetivo do poder econômico e político dos reformadores empresariais ser o de formar mão-de-obra barata e minimamente capacitada. Para a elite do nosso país o desempenho abaixo da média dos estudantes que são avaliados por exames que buscam o erro acaba por ser uma justificativa para culpabilizar o próprio corpo de profissionais que atuam e se dedicam no processo formativo dessa juventude.

Considerações finais

É essencial promover e fomentar nos discentes das escolas públicas a consciência de se apropriar do ambiente escolar de forma integral. É por demais relevante reconhecer e se apoderar do espaço físico e também do território digital e com esses usos estabelecer conscientização da não neutralidade *da* própria *web* – rede mundial

de computadores –, tampouco de quaisquer materiais disponíveis torna-se sobremaneira essencial para nos aproximarmos da proposta de educação que seja emancipadora e no qual a formação de estudantes críticos aconteça com total êxito.

É relevante problematizarmos sobre a questão da liberdade do educando. Entendemos ser a educação, conforme afirmado por Freire (1996), um ato que aspira mudanças radicais na sociedade, pois ela corrobora para suprir necessidades econômicas e sociais básicas. Assim como construímos e desenvolvemos nossas necessidades de acordo com o meio social e o avanço da sociedade na qual estamos inseridos.

Vivenciamos na contemporaneidade uma luta pelo processo pedagógico escolar, para algumas entidades privadas, como o Instituto Ayrton Senna ou mesmo o Instituto Unibanco – para focar nesses dois exemplos estudados minuciosamente por Vera Peroni (2018), entre outras pesquisas da autora não citados nesse trabalho – a educação básica pública é transformada em mercado a ser explorado e colonizado, seja por meio da terceirização da gestão, pela venda de materiais didático-pedagógicos ou mesmo oferecendo o serviço de programas e aplicativos para o acesso e controle dos dados do alunado e professorado da rede pública municipal e estadual em diferentes estados brasileiros.

Entende-se por demais necessária a luta por transformar, ou ao menos sensibilizar, a sociedade capitalista fundada em um sistema antiquado, que perpetua a desigualdade econômica e social, assim como concentra a produção de riquezas nas mãos de poucos. Compreendemos que a educação em si mesma não é messiânica e nem será salvadora de todos os males do sistema hegemônico, porém, acreditamos ser por meio dela e de seus recursos que se pode conscientizar o maior número de indivíduos acerca da tamanha discrepância social a que estamos imersos.

Lutar por uma educação emancipadora, combater por crianças, adolescentes e jovens e sensibilizar para o aprendizado integral, para a pesquisa crítica e, conseqüentemente, para a formação de sujeitos históricos de suas vidas: esse é um desafio para a classe de educadores do tempo presente cujo lugar somos pertencentes e, também, sujeitos ativos de transformação.

Por fim, com o objetivo último de situar para a finalidade dos chamados *recursos educacionais abertos* recorreremos à análise de Rafael Reinehr. Ele afirma que “é disso que tratam os recursos educacionais abertos: possibilitar a qualquer pessoa que queira ter acesso a materiais, métodos, ferramentas e informações relacionadas

àquilo que se deseja aprender (2012, p.156). Os *REA* vêm a ser uma forma democrática de aprendizagem, porém, necessita de amadurecimento por parte do Estado, precisa de instrumentos e investimentos suficientes para o acesso da juventude à educação integral. Alcançar espaços tradicionais de conhecimento como museus, parques, cinemas, entre outros, assim como territórios não convencionais, como tornar possível aos educandos a aproximação de bens culturais não tão acessíveis em suas comunidades locais por meio de novas mídias.

As tecnologias e mídias em si mesmas não são neutras, tampouco a forma nas quais as utilizamos o são, importante destacar o posicionamento de Paulo Freire (1996), quando ele denuncia as mazelas sociais e como as dificuldades de acesso ao conhecimento historicamente acumulado ocasionam prejuízos de toda ordem:

[...] o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma “ordem” desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século (FREIRE, 1996, p.39).

Em suma, não é possível naturalizar essa realidade e não podemos considerar uma “*fatalidade*” – nos dizeres do patrono da educação brasileira –, mas sim, ter a consciência de ser toda desigualdade social, cultural e econômica fruto do passado escravocrata, do abuso de poder dos detentores do Capital e a busca dessa elite retrógrada pela manutenção dessa divisão de classes, sendo nos dias de hoje, mais do que em outrora, buscando a perpetuação dessa marginalização por meio do aparato do Estado, em especial utilizando-se da educação pública, culpabilizando as próprias minorias de direitos pelo fracasso lhes imposto por essa lógica perversa de mercado e competição desde os anos iniciais do acesso à escola.

REFERÊNCIAS

AMIEL, Tel. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas** / Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson De Lucca Pretto (Orgs). Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. p.17-34.

ARROYO, Miguel. Tensões na condição e no trabalho docente – Tensões na Formação. **Movimento – Revista de Educação**. (FEUFF-PPGEUFF), v. 2, 2015, p. 1-34.

BRUNO, Lucia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v.16 n.48, p. 545-562, set-dez, 2011.

CADERNOS CENPEC. **Carta das Cidades Educadoras**. In: http://www.cm-lisboa.pt/?id_categoria=91&id_item=9171. Último acesso em 13 de junho de 2019, p.156-161.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

_____. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade**. *Cad. CEDES* [online]. 2016, vol.36, n.99, pp.137-153.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. O desenvolvimento como meta e como mistificação. In: _____. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, v. 3, p. 139-176.

PERONI, Vera. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.1, p.212-238, jan. / abr. 2019. ISSN 1645-1384. www.curriculosemfronteiras.org 212.

REINEHR, Rafael. Recursos educacionais abertos na Aprendizagem informal e no autodidatismo. In: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas** / Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson De Lucca Pretto (Orgs). Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. p.153-176.